



# ÁFRICA-AUSTRAL: AS FORÇAS EM JOGO

A luta do povo sul-africano por uma sociedade unitária, democrática, sem barreiras de raça ou sexo tem dinâmica interna própria, mas sua história não pode ser limitada ou restringida pelas fronteiras nacionais.

Nesta modesta contribuição, o objetivo é descrever, grosso modo, as raízes históricas da política regional do regime sul-africano nas últimas duas décadas, o impacto dessa política sobre os países vizinhos na África Austral, os fatores que levaram aos dramáticos acontecimentos de fevereiro de 1990 e as perspectivas de relacionamento justo e equilibrado entre a futura África do Sul democrática e os outros estados independentes da região.

## O conceito de região na África Austral

Historicamente, a África Austral teve coerência econômica enquanto região, baseada essencialmente num sistema de exploração dos recursos humanos e ma-

teriais desses territórios pelo capital sul-africano. Neste sentido, porém, existia - e ainda existe hoje - diferenciação entre os países, que constituíram a região e que são atualmente membros da organização econômica regional, a SADCC (Conferência Consultiva para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral). Assim, diferenciavam-se países totalmente integrados no sistema capitalista sul-africano, países parcialmente integrados e países realmente pertencentes aos outros sistemas, mas que, por vários motivos, olhavam para o sul.

Na primeira categoria, ficamos obrigados a incluir a Borswana, a Suazilândia e o Lesotho que, juntamente com a África do Sul e a Namíbia, constituem a União Aduaneira da África Austral, SACU. Todos estes países estão quase totalmente subordinados às políticas financeira e comercial de Pretória.

Na segunda categoria, os países, como Malawi, Moçambique (especialmente o Sul do Save), Zimbabwe e Zâmbia, funcionavam como fornecedores de mão-de-obra barata para as minas de ouro e carvão e para a agroindústria do Rand. Esses, entretanto, nunca foram, nem no tempo colonial, nem no período pós-independência, totalmente penetrados pelo capital sul-africano e, assim, têm conseguido manter, até agora, certa liberdade de atuação no que diz respeito às agressões militares, econômicas e políticas do regime racista.

O último grupo é constituído por países, como Angola e Tanzânia, que, historicamente, poucos laços comerciais ou econômicos mantiveram com Pretória. No caso da Tanzânia, parece que foi tomada a decisão política, após a falha da Comunidade da África Oriental, em

1977, de jogar seu peso ao lado dos movimentos de libertação do sul do continente.

O significado dessa diferenciação entre os países-membros da SADCC é que, em certa medida, a capacidade de cada um deles foi e é decidida pelo grau de integração ou independência perante o sistema subcontinental, criado e até hoje dominado pelo regime branco e minoritário da África do Sul. Só a partir dessa diferenciação econômica é que podemos chegar a entender como Moçambique sofreu a destruição quase completa da sua infra-estrutura socioeconômica, enquanto o Zimbábwe, por exemplo, conseguiu manter razoável nível de prosperidade e até derrubou uma tentativa de infiltração de um exército de "bandidos".

## As raízes históricas da política regional sul-africana

Durante o tempo colonial e até o princípio da década de 1960, o regime de Pretória não tinha nem precisava de ter política específica junto aos territórios ainda não independentes. Mesmo após a conquista da independência nas ex-colônias britânicas da região, os chamados territórios do Alto Comissariado, além de Tanzânia, Zâmbia e Malawi, a África do Sul continuava a manter e apostar em um *cordon sanitaire*, constituído por colônias portuguesas (Angola e Moçambique), uma colônia própria (Namíbia) e uma colônia rebelde, sob a dominação temporária de brancos da ultradireita (Zimbábwe, então Rodésia).

Foi só com a conquista do poder, por meio da luta armada, pelos movimentos de libertação nacional de Angola e Moçambique (em 1975) e do Zimbabwe (em 1980), que a África do Sul começou a ser obrigada a desenvolver, nas próprias fronteiras, uma política regional junto àquele grupo de países, agora constituídos em aliança formal antiapartheid, a Linha da Frente. Evidentemente, a vitória dos movimentos nacionalistas nesses países também deu grande impulso aos militantes democráticos do ANC e do PAC (Congresso Pan-Africano de Azânia) internamente.

Assim, começou, a partir de 1975, uma fase marcada por agressividade cada vez maior da parte do regime minoritário. A independência de Angola foi alvo de uma campanha de intervenção militar direta, só banida do território nacional com a ajuda internacionalista das forças armadas cubanas.

As campanhas intervencionistas, entretanto, só foram sistematizadas em política formal e coerente após a tomada de posse do então primeiro-ministro (logo presidente do estado), P. W. Botha, e do seu grande aliado no Ministério da Defesa, o general do Exército Magnus Malan.

Para justificar sua nova política de exportação da crise estrutural do *apartheid*, cuja rentabilidade era cada vez menor, os dois teorizaram o conceito da ameaça total. Segundo essa visão, a África do Sul era alvo principal da agressão comunista, sobretudo a soviética, que pretendia dominar os recursos minerais da região e, assim, chegar à posição monopolista no que dizia respeito a determinados recursos estratégicos, muito procurados pelos países industrializados.

A resposta sul-africana a essa ameaça fictícia foi a chamada estratégia total, que tentou, logo de início, equilibrar uma mistura de incentivos econômicos com intervenções punitivas militares diretas ou indiretas (1). Os países vizinhos sujeitos a essa política, apesar de não concordarem com ela, foram vítimas de um conceito-base da política da estratégia total, a bem conhecida desestabilização.

A partir de meados da década de 1980, a desestabilização chegou a ser a tática dominante da política regional sul-africana. Os países mais militantes da região, países com programas políticos de transformação socioeconômica, ficaram sujeitos às campanhas de destruição de suas infra-estruturas de transporte, saúde, educação e comércio. Essas campanhas foram levadas a cabo, enquanto foi possível, por exércitos-fantoches, mascarados como guerrilheiros anticomunistas e democráticos.

## O impacto da estratégia total

Essa política influenciou o desenvolvimento dos países mais atingidos (Angola e Moçambique), bem como o dos menos, em dois sentidos. Economicamente, resultou em custos elevados, abandono de projetos importantes, aumento de, por exemplo, taxa de mortalidade infantil, morte de muitas pessoas e transformação de boa parte do campesinato em refugiados e deslocados. Politicamente, resultou na retirada do projeto socialista da agenda nacional e, indiretamente, numa espécie de democratização, cujos resultados não podemos ainda prever.

O custo econômico da desestabilização dos nove países da SADCC já atingiu 60 bilhões de dólares. Dessa importância, segundo estimativas seguras, cerca de 40 bilhões de dólares referem-se a Angola e Moçambique.

No campo moçambicano, cerca de quatro milhões de pessoas encontram-se deslocadas, isto é, sobrevivendo graças apenas às agências doadoras internacionais. Mais de um milhão de moçambicanos estão atualmente refugiados no estrangeiro. Em função do total da população, o número de deficientes físicos em Angola, feridos por minas no mato, atingiu a percentagem mais elevada do mundo.

É questionável o nível da verdadeira oposição aos regimes marxistas da Frelimo e do MPLA. Alguns estudiosos têm argumentado que os erros políticos desses partidos contribuíram para a péssima situação atual de seus países. Seja como for, não há dúvida de que o fator determinante nesse holocausto foi a agressão sul-africana.

## **Fatores que levaram aos acontecimentos de fevereiro de 1990**

Faz-se necessário salientar que a libertação de Nelson Mandela e a legalização das atividades dos movimentos democráticos, como o ANC e o PAC, resultaram da luta política desencadeada pela juventude sul-africana em Soweto, em 1976, e prosseguida durante todos os longos anos a seguir. Mas é preciso salientar, também, que alguns acontecimentos na região constituíram contribuições valiosas para essa vitória.

A guerra desencadeada pelo regime contra os países vizinhos não foi simplesmente aceita com passividade. A partir de meados da década, começou a notar-se sutil mudança na balança de poder militar. O exército sul-africano, que atuara, sobretudo em Angola, à vontade, começou a enfrentar grandes dificuldades, no período de 1987/88, e que culminaram numa vitória militar angolana na pequena vila de Cuito Cuanavale, quando o ataque dos sul-africanos e seus aliados da UNITA não conseguiu ocupar o território.

## **Perspectivas para um futuro democrático**

Existem, portanto, vários cenários possíveis para o futuro. Claro que o regime gostaria de chegar à reestabilização da região, isto é, retomar o sistema de dominação pelo capital nacional, mas com rentabilidade de base classista e não racial, resultado, entretanto, muito indesejável para os outros países da região. É de salientar que será, também, um cenário difícil de ser evitado.

A reconstrução e o desenvolvimento dos países mais atingidos pela guerra de desestabilização é tarefa cara e difícil. As perspectivas de sucesso dependem, na opinião de vários analistas, do repensar as relações econômicas e militares numa região pós-apartheid. Assim, é preciso substituir as organizações econômicas regionais por novo grande acordo de segurança e comércio, que poderia garantir a não-dominação da região pelo capital sul-africano e, ao mesmo tempo, a contribuição justa do

país mais desenvolvido e rico para a reconstrução equilibrada.

#### NOTA

1. Para análise mais aprofundada desta fase de "cenouras e cárceres", ver o artigo do estudioso sueco THOMAS OHLSON: "A África do Sul e seus vizinhos: estratégias regionais em confrontação", *Estudos Afro-Asiáticos* nº 19, 1990, pp. 149-179.



COLIN DARCH é inglês, formado pelas Universidades de Oxford e Bradford, na Grã-Bretanha, e atualmente associado com o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Desde 1970, trabalha na África, nas Universidades de Addis Abeba (1970-1974) e Dar es Salaam (1975-1978); no Centro de Estudos Africanos em Moçambique (1979-1986); e no Zimbabwe (1987-1990). É historiador e documentalista.